

Extensão universitária: Contribuições da Universidade Federal Rural de Pernambuco

University extension: Contributions of the Federal Rural University of Pernambuco

Extensión universitaria: Contribuciones de la Universidad Federal Rural de Pernambuco

Andresa Lydia da Silva Firmino Lins¹

Luis Henrique Romani de Campos²

Maria Nainam Silvino Araújo dos Santos³

Resumo

Lins, A. L. S. F., Campos, L. H. R., Santos, M. N. S. A. Extensão universitária: Contribuições da Universidade Federal Rural de Pernambuco. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p. 213-230, 2025. DOI: 10.33148/ctrpico.v49i1.2497

Este estudo tem como objetivo identificar a natureza e as contribuições dos projetos de extensão da UFRPE-Sede e suas unidades acadêmicas para a sociedade, analisando sua abrangência e impacto. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, utilizando amostragem intencional e a estratégia metodológica de estudo de caso. Para atingir os objetivos, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com gestores, professores e coordenadores dos projetos, além de levantamento de dados e análise de fontes oficiais. Os resultados indicam que, apesar de desafios e limitações, os projetos de extensão da UFRPE desempenham um papel essencial como agentes de transformação social e acadêmica. No entanto, a articulação com atores sociais ainda é incipiente, especialmente no que se refere à interação com o setor produtivo local.

Palavras-chave: Educação superior; Sociedade; Universidade; Estudo de caso.

Abstract

This study aims to identify the nature and contributions of UFRPE-Sede and its academic units' extension projects to society, analyzing their scope and impact. It is an exploratory, descriptive study with a qualitative approach, using intentional sampling and the case study research strategy. To achieve the objectives, semi-structured interviews were conducted with managers, professors, and project coordinators, in addition to data collection and analysis of official sources. The results indicate that, despite challenges and limitations, UFRPE's extension projects play a crucial role as agents of social and academic transformation. However, collaboration with societal actors remains incipient, particularly regarding interaction with the local productive sector.

Keywords: Higher education; Society; University; Case study.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo identificar la naturaleza y las contribuciones de los proyectos de extensión de la UFRPE-Sede y sus unidades académicas a la sociedad, analizando su alcance e impacto. Se trata de un estudio exploratorio y descriptivo con un enfoque cualitativo, utilizando un muestreo intencional y la estrategia metodológica del estudio de caso. Para alcanzar los objetivos, se realizaron entrevistas semiestructuradas con gestores, profesores y coordinadores de proyectos, además de la recopilación de datos y el análisis de fuentes oficiales. Los resultados indican que, a pesar de los desafíos y limitaciones, los proyectos de extensión de la UFRPE desempeñan un papel crucial como agentes de transformación social y académica. Sin embargo, la colaboración con actores sociales sigue siendo incipiente, especialmente en lo que respecta a la interacción con el sector productivo local.

Palabras clave: Educación superior. Sociedad; Universidad; Estudio de caso.

¹ Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: andresalydia@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7232-2023>

² Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: luis.campos@fundaj.gov.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0801-7857>

³ Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: maria.silvino-tc@fundaj.gov.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0594-4524>

1 INTRODUÇÃO

O governo federal, entre 2003 e 2014, adotou políticas públicas direcionadas à expansão do ensino superior federal. Nesse período, houve um aumento expressivo na quantidade de universidades e na criação de *campi* universitários de instituições já existentes, sobretudo no interior.

Entre os programas conduzidos para alavancar esse crescimento, estão os Programas de Expansão I e II (Brasil, 2012). O primeiro foi desenvolvido pelo governo federal no período de 2003-2007, por meio da política de interiorização do ensino superior público federal. A segunda fase de expansão (2008-2012), representada pela implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), anunciada em 2007, contribuiu para o aumento progressivo das instituições federais, com a abertura de novos *campi*, cursos e novas vagas, tendo em vista a ampliação do acesso à educação, o desenvolvimento do país e redução das assimetrias regionais (Firmino, 2014).

A atuação do Estado com vistas ao crescimento do ensino superior público e gratuito, via expansão das universidades para cidades médias e pequenas, revela sua compreensão quanto ao papel das universidades como agentes propulsores do desenvolvimento regional. Esse pensamento evidencia-se ao se avaliar os critérios das alocações das universidades federais, em que há um interesse de instalar as unidades em regiões com potencial produtivo, com condições gerais de desenvolvimento e cadeias produtivas estruturadas que apontam para a sua vocação econômica. A abertura de uma universidade gera mudanças imediatas e futuras no âmbito social, econômico, cultural e político do município que a recebe e em sua área de influência, tais como: taxa de escolarização, nível de instrução e qualificação da mão de obra.

As universidades brasileiras, em particular as de natureza pública, caracterizam-se quanto à organização das políticas institucionais pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988). Assim, sustentada nesse tripé, e a partir de uma efetiva inter-relação e vínculos com os segmentos da sociedade civil (o poder público, as autoridades, lideranças, as organizações empresariais e instituições locais), a universidade cumpre suas responsabilidades e influencia a dinâmica da região onde está localizada, bem como em toda a sua esfera de alcance. Diante das perspectivas expostas, a presente contribuição acadêmica enfatizou a importância das atividades de extensão universitária para concretização desse processo de transformação e desenvolvimento.

A ênfase dada à função básica da extensão explica-se em virtude dessa ação tornar mais efetiva a integração universidade-sociedade. A extensão universitária é uma via de mão dupla que permite a troca de saberes entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

Tratar o significado e a importância da interação entre a universidade e a sociedade, e o papel da extensão universitária para esta conexão, é um assunto que requer maior discussão e aprofundamento. Este trabalho propõe contribuir com o debate, concentrando a atenção nas atividades de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Dito isso, o objetivo deste artigo é identificar a natureza e possíveis contribuições dos projetos de extensão da UFRPE, por meio de suas unidades acadêmicas, na melhoria das condições de vida das comunidades locais, das empresas da região e na formação do corpo discente.

Adicionalmente, como objetivos específicos, estão: i. relatar a natureza e as ações desenvolvidas pelo projeto de extensão da UFRPE e suas unidades acadêmicas; ii. apontar redes de relacionamentos (vínculos) institucionais da universidade provenientes dos projetos de extensão e iii. apresentar os principais problemas apontados pelo corpo docente para realização dos projetos de extensão.

Pretende-se, a partir dessa abordagem, avaliar a integração dos projetos de extensão em seu espaço geográfico, observando a compatibilidade e o comprometimento com as vocações, potencialidades e demandas nas localidades de suas atuações, e descrever as competências, desafios e limites encontrados na atuação da UFRPE, por meio de suas unidades acadêmicas, em seus projetos de extensão. Espera-se que os resultados alcançados possam subsidiar as discussões para a ampliação e melhoria das políticas e atividades de extensão universitárias. Entende-se ser necessária a reflexão sobre a relação da universidade e a sociedade para o desenvolvimento das regiões, em virtude do seu papel social de formação profissional, geração e aplicação de conhecimento.

2 UNIVERSIDADE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ao longo de sua trajetória, as instituições de ensino superior foram compreendidas como formadoras de recursos humanos e geradoras de pesquisa para a promoção e o desenvolvimento do país (Cunha, 1980; Fávero, 2006).

Historicamente, registros sobre a missão e o processo de formação da universidade demonstram que, durante décadas, houve um tom enfático quanto ao papel da universidade

associando-se o ensino à pesquisa⁴, evidenciando, assim, o modelo tradicional de instituições de ensino superior existentes no Brasil por longos anos. Desde o seu surgimento, a universidade constituiu um espaço privilegiado para a formação de profissionais de nível superior e para a produção do conhecimento. O ensino emergiu como a primeira missão da universidade e, posteriormente a pesquisa.

Com as mudanças de paradigmas econômicos, políticos e sociais, novos princípios foram estabelecidos e, com eles, novos padrões de regulação acadêmica e administrativa por parte das universidades. Novas reformas foram realizadas, destacando-se a reforma universitária de 1968 (Lei 5.540/68) que promoveu uma reorganização e funcionamento das universidades. Essa reforma trouxe grandes avanços como a instituição da extensão universitária como um dos pilares de sustentação da universidade.

A lei supracitada, estabeleceu as diretrizes da presença e integração da universidade diante da sociedade. O art. 20 da Lei 5.540/68 determina que as atividades de ensino e os resultados de suas pesquisas se estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais (Brasil, 1968). Em complemento, o seu art. 40, alínea “a”, revela o compromisso da universidade com a transformação da sociedade e determina que as instituições de ensino superior, através de suas atividades de extensão, “proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em *programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento*” (Brasil, 1968, grifo nosso).

Os dois artigos da Lei 5.540/68 fortalecem o compromisso social da universidade com a sociedade ao incluir a realização da atividade de extensão no bojo de suas funções. Legalmente, a partir de então, é requerida uma nova postura da universidade que incorpore um modelo de universidade superior ao tradicional.

Assim, seus interesses e preocupações, além de direcionados ao atendimento de suas próprias demandas, precisam assistir também às demandas da sociedade, sendo essas últimas direcionadas preferencialmente às questões de interesse social, que provoquem melhorias das condições de vida da população. Como colocado por Mazzilli (1996, p. 64), “a universidade é patrimônio da sociedade como um todo e não apenas da parcela desta sociedade que a frequenta”.

⁴ A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 4.024 de 1961) certifica a preocupação com o ensino em relação à pesquisa. No seu Art.66, constava que o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário.

A normalização da extensão em instrumentos legais; a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras⁵ (Forproex), no fim da década de 1980; a inclusão da indissociação entre ensino, pesquisa e extensão no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e no Plano Nacional de Educação (2001, 2014)⁶; bem como a publicação do Plano Nacional de Extensão (1999, 2001) norteador para implantação da Política Nacional de Extensão (2012), entre outras ações e políticas institucionais, refletem um processo de discussão nacional coletivo, que reconhece e busca consolidar a extensão universitária como uma prática acadêmica indispensável.

O conceito de extensão universitária, ao longo da história das universidades brasileiras, passou por vários entendimentos avançando para uma perspectiva de função social da universidade. A ideia tradicional de extensão, que perdurou por anos, é a de que a extensão universitária consistia em levar o conhecimento produzido dentro dela à comunidade, ou seja, de ser um canal de transmissão de conhecimento. Apesar do foco da extensão estar na atuação com a comunidade externa, nesse período, ela apresentava-se desvinculada do ensino e da pesquisa. No entendimento atual, acredita-se na produção do conhecimento como frutos dos diálogos oriundos tanto da sociedade como da universidade, conferindo novos sentidos à extensão universitária.

Em concordância com a definição aprovada pelo Forproex em 1999, e atualizada mais recente, em 2012, na Política Nacional de Extensão Universitária, o conceito atual de extensão é definido como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (Forproex, 2012).

As diretrizes para extensão universitária são expressas em quatro eixos: *Impacto e transformação*, *Interação dialógica*, *Interdisciplinaridade* e a *Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão* (Forproex, 2007; 2012). Esses eixos introduzem uma nova concepção de universidade diante da sociedade em que se insere. A primeira diretriz, *Impacto e Transformação*, determina que as atividades de extensão devem estabelecer uma articulação entre a universidade e outros setores da sociedade, de forma que essa relação promova impacto na formação do estudante e impacto e transformação social.

⁵ O Forproex, criado em 1987, é uma entidade direcionada à articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão (Renex, 2020), no contexto das políticas educacionais do ensino superior. Consiste em espaço de discussão e definição do papel da extensão na universidade.

⁶ Brasil, 2001.

A diretriz *Interação dialógica* determina que a extensão é uma forma de aproximar a universidade de sua comunidade e do estabelecimento de uma relação mútua. O desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais são marcadas pelo diálogo e por uma ação de mão dupla. A *Interdisciplinaridade* conduz a prática da extensão à interação intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais, possibilitando articulação com diversas áreas de conhecimento (Forproex, 2007). Por fim, a extensão universitária passou a ser compreendida como um processo que articula o ensino e a pesquisa de maneira indissociável como também integra às demandas da sociedade onde está inserida.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O artigo possui uma abordagem descritiva de caráter qualitativo, utilizando amostragem intencional. Segundo Churchill (1998, p. 301), a amostragem intencional seleciona deliberadamente os elementos da população, considerando que a amostra será capaz de fornecer as contribuições relevantes e de interesse para a pesquisa. Oliveira (2001, p. 9) afirma que, em pesquisas com amostragem intencional, geralmente são escolhidos os casos "típicos" da população para compor a amostra, o que inclui frequentemente a seleção de especialistas, que possuem conhecimento profundo sobre o tema em estudo. Nesse contexto, foi utilizado um levantamento de fontes primárias provenientes da pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco. Essa pesquisa, intitulada "Efeitos das Políticas de Extensão das Universidades Públicas de Pernambuco", envolveu entrevistas com professores atuantes na área de extensão, gestores e coordenadores.

Além disso, está ancorado metodologicamente na abordagem de estudo de caso. De acordo com Yin (2010, p.39): [...]o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

O caso pode ser uma instituição, uma escola, um currículo, em evento, um grupo, uma pessoa, entre outros. Caracteriza por sua especificidade, pluralidade das técnicas auxiliares e sua contemporaneidade (Costa *et. al*, 2013). Nesse contexto, justifica-se a escolha da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como objeto de análise por sua atuação significativa no campo da extensão universitária e por sua inserção em diferentes contextos regionais de Pernambuco, o que oferece um cenário rico para compreensão das dinâmicas extensionistas.

As entrevistas semiestruturadas, com questões orientadoras, foram realizadas individualmente com representantes da UFRPE e gravadas com a autorização dos participantes, no mês de julho de 2019. Posteriormente, as gravações foram transcritas integralmente. A escolha por esse instrumento de pesquisa se justifica por permitir que os entrevistados expressem suas concepções sobre as questões formuladas, dentro do contexto da pesquisa, sem limitações das opções de respostas fechadas, que não possibilitariam uma expressão ampla de suas opiniões.

Com base no material coletado, seguiram-se as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – inferência e interpretação (Bardin, 2011). Realizou-se uma leitura minuciosa do material coletado, seguida de organização e classificação para análise temática, de acordo com os objetivos da pesquisa e com base nos documentos oficiais da UFRPE e na Política Nacional de Extensão Universitária. Assim, as respostas dos entrevistados foram organizadas conforme os conteúdos pertinentes aos objetivos do estudo.

O estudo priorizou a análise dos resultados com base na interpretação dos relatos dos entrevistados (análise temática de conteúdo), comparando-os com documentos institucionais e identificando semelhanças nas falas dos sujeitos entrevistados. Para tanto, foram realizados recortes das transcrições, separando as falas e explicações de acordo com a vivência e o conhecimento dos entrevistados sobre o tema. A partir desses relatos individuais, procurou-se refletir a expressão do pensamento coletivo. Como destacam Gondim e Fischer (2009), o discurso individual revela não apenas a percepção pessoal do mundo, mas também uma percepção compartilhada, que resulta em um discurso coletivo.

Na fase de desenvolvimento da pesquisa, foi realizada a consulta a documentos e fontes oficiais relevantes ao estudo, incluindo as leis e decretos do governo federal, estatutos e regimentos, resoluções e o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRPE (UFRPE, 1985; UFRPE, 2021; UFRPE, 2018; UFRPE, 2004). Para relatar a natureza e as ações desenvolvidas pelos projetos de extensão da UFRPE, foram utilizados dados provenientes do banco de projetos de extensão do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SigProj) para a coleta de dados da Uacs. Para a UFRPE-Sede e demais unidades, foram usados os dados disponibilizados em documentos oficiais na plataforma eletrônica da UFRPE.

4 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA UFRPE E SUAS UNIDADES ACADÊMICAS

A Universidade Federal Rural de Pernambuco, inaugurada há 107 anos com os cursos de Medicina Veterinária e Agronomia, figura atualmente como um centro de tradição nas esferas do ensino, da pesquisa e da extensão no Estado e no Brasil.

A partir dos programas de pós-graduação e de parcerias com órgãos de fomento à produção científica, as pesquisas abrangem diversas áreas do conhecimento, tais quais as ciências da terra, educação, saúde e tecnologias. Por meio da extensão, dialoga com os diversos segmentos da sociedade.

Nos anos 2000, a UFRPE vivenciou, através dos planos de interiorização e reestruturação das Instituições Federais de Educação Superior (Ifes), um novo ciclo de expansão de suas atividades o que levou a ampliar sua área de atuação, a ponto de alcançar espaços em outras áreas do conhecimento, cumprindo dessa forma a necessidade de atualização e adequação às demandas contemporâneas da sociedade. Como parte das transformações da própria UFRPE, ao longo de sua história centenária, além da criação de novos cursos na sede (Dois Irmãos) ocorreu a abertura de unidades acadêmicas vinculadas.

A Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG/UFRPE) foi o primeiro *campus* do Programa de Expansão e Interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior do Governo Federal com as suas primeiras atividades acadêmicas iniciadas em 2005. A Unidade Acadêmica de Serra Talhada (Uast-UFRPE) foi inaugurada em 2006 e, em 2014, na terceira fase do programa, foi implementada a Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (Uacs).

A presença da UFRPE, por meio de seus *campi*, no estado de Pernambuco deu-se primordialmente em regiões desassistidas de instituições da rede federal de ensino superior, e que apresentam base produtiva dinâmica e com potencial produtivo. Há de se convir que a própria escolha das instalações dos *campi* e os cursos ofertados revelam o interesse de promover o desenvolvimento das regiões, gerar incrementos nas atividades produtivas e melhorias nas condições de vida da população para desenvolver e fortalecer o território.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das informações levantadas na plataforma virtual da UFRPE, foram identificados um total de 1.210 (mil, duzentos e dez) projetos de extensão desenvolvidos entre os anos de 2010 a 2016⁷ na UFRPE - Sede, UAG e Uast⁸. Destes, 911 correspondem aos da Sede, 201

⁷ Não foram identificadas a fase de cada projeto (em andamento, concluído) e informações referentes ao ano de 2015 para as unidades e *campus*. Não foram localizadas informações referentes ao ano de 2014 para a Uast.

⁸ Não foram identificadas informações para a Uacs. Sobre esta, os dados foram coletados no SigProj.

aos da UAG, e 98 aos da Uast. Com base no acervo de projetos de extensão disponível no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SigProj), seja em situação de conclusão ou em fase de andamento, totalizaram 24 projetos de extensão durante os quatro primeiros anos de existência da UacsA. Assim, o quantitativo final registrou um total de 1.234 (mil, duzentos e trinta e quatro) projetos de extensão, distribuídos da seguinte forma: 911 na UFRPE-sede, 201 na UAG, 98 na Uast e 24 na UacsA. São apresentadas a seguir, de forma sucinta, a natureza dos projetos.

Quadro 1 - Natureza dos projetos UFRPE

Natureza dos projetos	SEDE	UAG	UAST	UACSA
Educação e Trabalho	Educação geral, ambiental e sanitária; integração escola e universidade; educação social para práticas de cidadania e relações de consumo e orçamento e qualidade de vida; capacitação e educação profissionalizante; inclusão digital.	Educação geral e ambiental; capacitação e treinamentos; inclusão digital; biblioteca virtual.	Educação ambiental, educação através de museu; integração escola e universidade; educação social para práticas de cidadania e relações de consumo e orçamento e qualidade de vida; capacitação e educação profissionalizante; inclusão digital.	Capacitação e qualificação de recursos humanos (formação técnica); alfabetização, leitura e escrita; formação de professores; metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem.
Direitos Humanos e Justiça	Direitos individuais e coletivos; inclusão social e responsabilidade social e ambiental; juventude; famílias; infância, educação; questões de gênero, de raça, de diversidade cultural e movimentos sociais; direito animal; segurança alimentar; comunidades carentes.	-	Direitos individuais e coletivos; violência de gênero (contra a mulher).	Direitos individuais e coletivos; inclusão social e responsabilidade social; questões de gênero, de raça, de diversidade cultural.

Meio Ambiente	Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; educação ambiental; gestão de resíduos sólidos/reciclagem; gestão dos recursos naturais; saneamento.	Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; educação ambiental; gestão de resíduos sólidos; gestão dos recursos naturais; saneamento.	Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; educação ambiental; gestão de resíduos sólidos/reciclagem.	Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; educação ambiental; gestão de resíduos sólidos; gestão dos recursos naturais; saneamento.
Saúde	Promoção à saúde e qualidade de vida; saúde pública; saúde da família; saúde animal; práticas esportivas.	Educação/ promoção à saúde e qualidade de vida; alimentação saudável; saúde animal.	Promoção à saúde e qualidade de vida; saúde pública; saúde animal; higiene.	Promoção à saúde e qualidade de vida; saúde pública; saúde da família; atenção integral à mulher; terceira idade.
Cultura	Artesanato e produção cultural (museus, música; dança); valorização do patrimônio gastronômico regional.	Produção cultural (museu).	-	Artesanato e produção cultural.
Comunicação	Participação em eventos, desenvolvimento de plataforma virtual (site); interlocuções entre a universidade e a escola pública; difusão do uso de tecnologias de comunicação.	Promoção da interação entre a comunidade científica e a população através de plataforma virtual (site).	Difusão das atividades da Uast através do rádio.	-
Tecnologia e Produção	Transferência de tecnologias; técnicas de produção e manejo animal; desenvolvimento de softwares educativos.	Transferência de tecnologias; desenvolvimento de software para atividade leiteira; desenvolvimento de aplicativo; integração digital.	Transferência de tecnologias; técnicas de produção e manejo animal; técnicas de produção de leite.	Transferência de tecnologias.

Fonte: Elaboração própria.

Ao avaliar-se os objetivos de cada projeto observou-se que as práticas de extensão encaminham a universidade para fazer parte da solução de problemáticas sociais e ambientais,

tanto na região onde está inserida, quanto no âmbito de toda sua esfera de alcance. Ainda, é possível considerar que isso significa promover a interação dialógica – diretriz que orienta a formulação e implementação das ações de extensão universitária.

A extensão universitária, por sua natureza interdisciplinar, permite alcançar o público interno e externo das instituições. Os projetos de extensão integram, sobretudo, a participação de discentes (bolsista e voluntários) e dos docentes da universidade. Segundo os professores e coordenadores entrevistados, o estudante da UFRPE é inserido como protagonista na execução das atividades de extensão, que ocorrem por meio de palestras, oficinas educativas e culturais, produção de material didático, cartilhas, minicursos e apresentação de trabalhos acadêmicos.

Segundo os docentes, o estudante inserido na realidade profissional e social adquire experiências, habilidades e competências necessárias que contribuem para sua formação técnica e cidadã. Diante disso, é possível observar uma tendência de que a UFRPE reafirma o compromisso da extensão universitária na formação do estudante e na qualificação do professor. Corrobora o exposto a colocação de uma professora entrevistada da Uacsá ao afirmar que “a extensão permite ao aluno ser um profissional mais humanizado”.

Ao ser entrevistado a respeito da interação existente ou planejadas entre a universidade e o segmento produtivo da região bem como a reflexão sobre a importância da universidade para o desenvolvimento local e regional, o representante da UAG pontuou:

[...] nós somos unidades da sede, o que existe na sede de convênios e parcerias replica para os *campi*. Se o *campus* tiver uma necessidade de uma parceria ou de um convênio diferente, a gente vai lá e pega, por exemplo, a gente tem parceria aqui com a prefeitura de Garanhuns desde que nós chegamos, a nossa implantação aqui foi graças à intervenção da prefeitura e nós chegamos aqui sem nada, então a prefeitura foi o carro-chefe da universidade federal para implantar a unidade [...] então as parcerias que nós temos hoje e que nós temos interagido são prefeituras, associações....

Acrescentou ainda:

[...] a gente tem capacitações em projetos educacionais, de extensão, extensão entra aí agricultura, por exemplo. Estamos finalizando um projeto com a prefeitura para fazer todo o acompanhamento e orientação de análise de solo, de orientações e de culturas tradicionais, mandioca, milho, feijão [...]. Então a gente entra fazendo as capacitações e orientações nessas prefeituras. Aí vem Sebrae, Senar, Inpa, a federação da agricultura.

O representante da Uast, por sua vez, informou que muitos projetos de extensão que são ligados às temáticas de economia e administração envolvem a atuação junto aos pequenos negócios e, nesse cenário, algumas parcerias são firmadas com o Serviço Brasileiro de Apoio

às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para o desenvolvimento dos projetos. Um dos efeitos positivos dessa relação é a inserção do estudante no ambiente profissional e, posteriormente, a sua fixação no mercado de trabalho. Sobre esses efeitos, ressaltam-se as contribuições dos representantes da Uast:

[...] toda vez que a gente chega nas escolas, que a gente vai perguntar: e aí, você vai ser o quê? Aí respondem: médico, advogado, bombeiro, policial, nunca ninguém quer saber das ciências agrárias, raramente um fala assim: ah, eu vou ser técnico agrícola, ninguém fala em ser engenheiro agrônomo [...], isso é na sua esmagadora maioria filhos de produtores. Então, nas zonas dos projetos onde a gente atua mais, sempre vem filhos desses agricultores que se identificam com a gente e eles entram na universidade, temos bons alunos oriundos desses projetos. Muitos alunos já formados aqui hoje trabalham exatamente em cima dessas questões, estão por aí fora. Outros não, foram para a cana-de-açúcar, *commodities* da soja.

A UAG, por sua vez, apresentou o seguinte cenário:

[...] hoje eu tenho empresa aqui, grande, chamada de Rancho Alegre, 90% dos funcionários dessa empresa são oriundos da UAG, zootecnia, agrônomo, veterinário, zootecnista que a gente achava que na região não tinha emprego, só ela tem 13 zootecnistas trabalhando com eles nessa empresa. E uma série de outras empresas têm contratado egressos nossos nas áreas da agropecuária, na área de educação. É difícil a gente encontrar um aluno nosso que termina o curso e não tem passado em um ou dois concursos de prefeitura, de estado [...] na nossa região ainda tem muita cooperativa, associações de produtores, de produções e quem assumia as associações e cooperativas geralmente as secretarias de agricultura eram produtoras tradicionais que montavam as cooperativas e que vinham de família em família. Eu andei fazendo um levantamento recente e a maioria das secretarias de agricultura da região são ex-alunos nossos, a maioria das cooperativas e das associações hoje, eles que se formaram com a gente, estão assumindo esse papel, que a gente nem imaginava que eles iam assumir [...]. E uma outra área aqui que é espetacular, que pouca gente imaginava, é o empreendedorismo, muitos alunos nossos estão saindo daqui e não estão procurando emprego, eles estão abrindo negócios.

Ao avaliar-se os objetivos dos projetos de extensão da Uacsa, é possível afirmar que eles buscam solucionar problemas existentes e a maioria parte de uma problematização no âmbito nacional para uma aplicação local. Contudo, não é possível ter completa garantia que todos os projetos são plenamente de interesse e necessidade da sociedade. Isto porque, conforme é evidenciado na fala de coordenadores entrevistados:

[...] alguns professores, por iniciativa própria, foram atrás de liderança comunitária para apresentar o trabalho de extensão, e na interação com a liderança, perceberam que as carências daquele grupo eram outras. As lideranças apresentaram outra demanda. [...] o professor já pensa no seu projeto e ele aplica na comunidade sem compreender as suas demandas.

Diante do exposto, cabe destacar que a inexistência da realização de ações pontuais interfere no alcance dos objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão e no alinhamento estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRPE, que prevê que as atividades de extensão devem construir e disseminar conhecimento e inovação que busca solucionar problemas existentes, com base nos interesses e necessidades da sociedade. A partir dos discursos dos entrevistados apresentados, é possível considerar que é de suma importância o desenvolvimento de ações que, de alguma maneira, possam estabelecer a proximidade da universidade com as demandas da sua sociedade.

Quando questionado se entre as três grandes unidades, além da Sede - Cabo de Santo Agostinho (Uacs), Garanhuns (UAG) e Serra Talhada (Uast) - existe diferença na maneira como eles fazem extensão, o entrevistado ressaltou que:

[...] Serra talhada e Garanhuns já têm uma concentração maior de projetos, aqui na sede nós temos professores que realizam, são da sede, mas fazem projetos na unidade mais distante. Mas, por outro lado, aqui, a região metropolitana, também precisa. Tem pessoas que são beneficiadas com projeto de empreendedorismo. Nós temos professoras que trabalham no Rio Capibaribe, Recife também tem problemas, grandes problemas que através de programas de extensão a gente vai conseguindo buscar solução. Inclusive pegar as necessidades, trazer para a universidade para fazer pesquisa e levar uma resposta. Ou, pelo menos, tentar minimizar. Então, na verdade, a gente tem projetos, professor, ao longo de todo o estado. Nós temos projeto em Fernando de Noronha, a pró-reitora conseguiu fazer a especialização dos projetos de extensão. Nós estamos presentes do litoral ao sertão. Têm diferenças, sim. Porque inclusive têm diferenças das necessidades [...] nós temos do curso de agronomia à ciência da computação. Então o público, inclusive as necessidades, são diferentes, mas, por outro lado, feito com o mesmo nível. A maioria dos nossos professores são todos doutores.

Finalmente, diante das perspectivas e discussões ora expostas, cabe destacar que promover o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão é compromisso da universidade e uma das diretrizes da Política Nacional de Extensão para o desenvolvimento das atividades de extensão. Ainda, espera-se que projetos de pesquisa e extensão dialoguem em torno da mesma temática e isso foi identificado em grande parcela dos projetos de extensão da UFRPE, o que indica um esforço institucional em apoiar projetos que possuam a articulação entre a extensão e as demais funções acadêmicas. Fazer com que a extensão, a pesquisa e o ensino estejam intimamente ligados com as demandas da sociedade é parte da missão da universidade. No entanto, desenvolver ações que possam captar e atender mais amplamente as demandas da sociedade é, ainda, uma medida que precisa ser cada vez mais pensada e trabalhada na academia.

6 DESAFIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A partir das declarações dadas pelos entrevistados, é possível perceber que entre os principais problemas enfrentados para o desenvolvimento das atividades de extensão estão o financiamento da extensão universitária, uma vez que os recursos financeiros destinados aos projetos de extensão são, não poucas vezes, insuficientes. A ajuda de custo dispensada aos projetos é pequena para o desempenho das ações de extensão, o que aumenta a dificuldade de se fazer extensão.

Uma das críticas realizadas por uma coordenadora representante da Uacsá é de que “o apoio financeiro da universidade não é suficiente. Na verdade, tem muita coisa que a gente coloca do nosso próprio bolso”. Outra coordenação da mesma unidade acadêmica compartilha do mesmo sentimento ao declarar que “não dá para fazer muita coisa com a verba que a gente recebe. Com o que a gente recebe, a gente tenta fazer milagre e conta com a minha colaboração muitas vezes”. Diante dessa crítica, discorrem que um financiamento adequado é peça fundamental e estruturante para realização e desempenho dos projetos de extensão. Foi apontado também que não há financiamento exclusivo do MEC e do CNPQ para a extensão universitária, como ocorre com a pesquisa. A extensão é financiada com recursos próprios da universidade.

Adicionalmente, as diretrizes para a extensão regulamentam, ainda, que a extensão universitária deve ser incluída nos componentes curriculares estudantis dos cursos de graduação. As instruções normativas estabelecem que a extensão seja inserida na matriz curricular dos cursos de graduação, de modo que, no mínimo, seja assegurado 10% do total de créditos curriculares (Brasil, 2010; Forproex, 2012). Tal medida reforça o papel da extensão na formação profissional dos estudantes, entretanto, segundo as percepções de alguns entrevistados, não há disponibilidade de projetos para atender a quantidade de alunos como também não há verbas suficientes para atender as normas.

Todos esses relatos permitem constatar a possível necessidade por maiores ações e debates sobre as políticas orçamentárias de incentivo à extensão universitária, com vista a garantir a sustentabilidade financeira e a continuidade dos projetos. Mantém-se a percepção de que é importante refletir dentro da academia o papel da extensão, e evidenciar que esta deve assumir um espaço tão importante quanto a pesquisa e o ensino, até porque extensão também é um dever constitucional.

Outro desafio é o período de vigência dos projetos de extensão que, tradicionalmente, é de até um ano, podendo ser renovada. Contudo, nem sempre o professor responsável

consegue sua aprovação nos próximos editais, surgindo o problema da intermitência dos projetos de extensão. Desse modo, um determinado projeto pode funcionar em um exercício, e não ocorrer no ano subsequente, e posteriormente, anos à frente, ser aprovado. Sem o auxílio financeiro pago a um estudante da UFRPE, na maioria dos casos, não é possível prosseguir com o desenvolvimento da atividade.

Não menos importante, a construção de parcerias com órgãos públicos e privados, outra dificuldade observada, pode ser considerada ainda embrionária nas unidades, o que leva à compreensão de que há atividades de extensão que trabalham de forma unidisciplinar. Firmino (2014), em seus estudos sobre a expansão e interiorização das universidades federais, estudando o caso da Unidade Acadêmica de Garanhuns da UFRPE, evidenciou que a interação com agentes externos à universidade também é “pouco satisfatória e pouco frequente”.

Esse cenário aponta para a necessidade de preparo, por parte do corpo docente, em fazer extensão com as empresas, de tal modo que possa existir convergência de interesses e uma capacidade de comunicação e negociação para que a interação acadêmica com o mercado possa existir e ser estreitada. Dessa forma, é preciso criar uma comunicação comum entre as partes, de tal maneira que a academia possa falar a linguagem da indústria, e os empresários possam entender a linguagem da universidade.

Por fim, a imagem da universidade também precisa de atenção e esforços que resultem em sua afirmação diária na sociedade. O desconhecimento da atuação da instituição na cidade, sobretudo em seus primeiros anos, é um desafio que toda instituição enfrenta e consiste num processo longo e contínuo. A propaganda da universidade, muitas das vezes, limita-se ao ensino, o que faz com que os setores da sociedade não enxerguem a universidade como possível instituição parceira para outras demandas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados apresentados, observa-se que, apesar das limitações, os projetos de extensão da UFRPE e suas unidades acadêmicas desempenham um papel significativo como agentes de transformação, tanto na sociedade quanto na própria comunidade acadêmica. Em conformidade com a Política Nacional de Extensão Universitária, as práticas extensionistas identificadas contribuem, de forma relevante, para a formação e aperfeiçoamento dos discentes, a qualificação docente e o intercâmbio com a sociedade.

A entrevistas, entretanto, evidenciaram desafios importantes para a implementação dos projetos, não apenas pela escassez de recursos financeiros, mas também pela falta de preparo

de alguns docentes para estabelecer um diálogo eficaz com os diferentes atores sociais. Portanto, é essencial que a universidade apoie projetos desenvolvidos em parceria com as representações do poder local e outros setores da sociedade, visando potencializar o impacto transformador da extensão universitária.

Práticas extensionistas bem planejadas e estruturadas são fundamentais para aproximar as atividades acadêmicas dos interesses concretos da sociedade. O sucesso da atuação extensionista universitária exige a construção de uma rede institucional sólida de parcerias entre a universidade e os atores sociais. Como estabelecido no PDI da UFRPE e na Política Nacional de Extensão, cabe à universidade promover espaços e ambientes que favoreçam essa rede de parcerias, além de construir uma cultura acadêmica que fortaleça a extensão universitária e contribua para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Embora a UFRPE possua a capacidade de criar, inovar e transformar, é imprescindível buscar e manter relações com parceiros públicos e privados, além de estimular atividades extensionistas que envolvam relações interdisciplinares, interprofissionais e interinstitucionais. Apesar dos avanços alcançados ao longo dos anos na área da extensão universitária, ainda é necessário um esforço maior da comunidade acadêmica para evidenciar as funções e potencialidades dessa atividade, especialmente nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

É urgente uma reflexão interna sobre como aprimorar a transferência de conhecimentos e estreitar as relações entre a universidade e a sociedade. Para tanto, é preciso que as ações extensionistas sejam ampliadas e ganhem um maior respaldo institucional. A extensão precisa ser colocada no mesmo patamar de relevância que o ensino e a pesquisa, e para isso, é necessário ampliar os recursos financeiros das agências de fomento e órgãos federais. Como já destacado por Firmino (2014), a instalação de uma universidade em uma região é relevante, mas não é suficiente para o seu desenvolvimento. A universidade precisa ser parte integrante da região, conectando-se com sua dinâmica social e econômica, a fim de gerar e disseminar conhecimento alinhado às necessidades da sociedade.

Este artigo surge em um momento importante para discussão sobre a prática da extensão universitária, a qual se torna cada vez mais urgente. Ao considerar a necessidade de aprofundar essa análise, como perspectiva para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas comparativas entre diferentes instituições de ensino superior, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre os diversos modelos de extensão universitária adotados no país. Ademais, sugere-se incorporar a percepção de outros atores sociais envolvidos nessas ações — como representantes das comunidades atendidas e instituições parceiras — a fim de

possibilitar uma análise mais abrangente, crítica e contextualizada dos impactos gerados pela extensão.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. “Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Retificada em 3 dez. 1968. Disponível em:
[https://www2.camara.leg.br/legin//fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-pu](https://www2.camara.leg.br/legin//fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html)
blicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. “Constituição da República Federativa do Brasil (1988)”. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. *Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

CHURCHILL, G. *Marketing research: methodological foundations*. 2. ed. The Dryden Press, 1998.

COSTA, A. S et al. “O uso do método estudo de caso na Ciência da Informação no Brasil. In: *CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 49-69, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59101/62099>
Acesso em: 6 abr. 2025.” <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59101/62099>.

CUNHA, L. A. *A universidade temporânea. O ensino superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DIEMER, M. J. “A extensão universitária como possibilidade de formação integral: evolução, sujeitos envolvidos, aprendizagem e inserção curricular”. In: CERETTA, L. B.; VIEIRA, R. S. (Org.). *Inserção curricular da extensão: aproximações teóricas e experiências*. v. VI. Criciúma, SC: Unesc, 2019. p. 29-54.

ENRICONE, D. *A docência na educação superior: sete olhares*. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

FÁVERO, M. L. A. “A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968”. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FIRMINO, A. L. S. “A interiorização das universidades federais e os arranjos produtivos locais: o caso da Unidade Acadêmica de Garanhuns”. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

FORPROEX. “Política Nacional de Extensão Universitária”. Manaus, 2012. p. 15. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FORPROEX. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: Editus, 2001. (Extensão Universitária, v. 1).

FORPROEX. *Extensão Universitária: organização e sistematização*. Coordenação Nacional do Forproex. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

GONDIM, S.; FISCHER, T. “O discurso, a análise do discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural”. *Cadernos Gestão Social*, v. 2, n. 1, 2019.

MAZZILLI, S. “Ensino, Pesquisa e Extensão: uma associação contraditória”. *Tese* (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1996.

OLIVEIRA, T. M. V. “Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas”. *Revista Administração Online*, v. 2, n. 3, p. 1-15, 2001. ISSN 1517-7912.

TAUCHEN, G.; FÁVERO, A. A. “O princípio da indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação”. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 17, n. 33, p. 403-419, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v17i33.3818>. Acesso em: 23 abr. 2020.

UACSA. “Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho”. Apresentação. Disponível em: <http://uacs.ufrpe.br/br/apresenta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 7 abr. 2020.

UFRPE. *Plano de reestruturação, estatuto e regimento geral da Universidade Federal Rural de Pernambuco*. Recife, 1985.

UFRPE. *Atividades de Extensão*. Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Cidadania (ProexC). Disponível em: <http://www.prae.ufrpe.br/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

UFRPE. *Resolução N° 148/2004*. Dispõe sobre ações de extensão na Universidade Federal Rural de Pernambuco e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/Resolucao.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2020.

UFRPE. *Plano de desenvolvimento institucional PDI UFRPE - 2013-2020*. Recife: UFRPE, 2018. Disponível em: <http://ufrpe.br/sites/ufrpe.br/files/PDI%20UFRPE%202013-2020%20%20vers%C3%A3o%20revista%20e%20atualizada.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.